

EDITORIAL

A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE DESEMPENHO

*THE SOCIAL ROLE OF EDUCATION IN TIMES OF PERFORMANCE*Paulo Henrique Rodrigues Melo¹

Como afirma o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, em *Sociedade do Cansaço*, os indivíduos contemporâneos têm sua existência marcada pela lógica do desempenho. Cada pessoa passa a compreender que o sucesso obtido na vida depende exclusivamente de seu próprio esforço e de sua capacidade individual de performance. Entretanto, antes mesmo de aceitarmos essa lógica, é necessário questionarmos: o que entendemos por sucesso? Mais do que isso, precisamos compreender quais são os parâmetros que a sociedade neoliberal estabelece como medida legítima de realização humana.

Quando pensamos nas universidades e na formação de professores, essa discussão torna-se ainda mais urgente. Precisamos compreender quais objetivos estamos assumindo ao formar sujeitos e profissionais. Desde já, é possível afirmar que, enquanto Byung-Chul Han critica uma sociedade individualista marcada pela necessidade constante de desempenho, produtividade e performance, a educação acaba sendo progressivamente contaminada por essa mesma perspectiva.

Atualmente, percebemos estudantes e profissionais encarando seus processos formativos e suas trajetórias acadêmicas sob uma lógica cada vez mais orientada pelo desempenho, pelos resultados e pela busca do sucesso individual. Embora essa não seja a única forma de compreender a formação, ela tem se tornado predominante em diversos contextos educacionais. Trata-se de um sucesso frequentemente associado ao prestígio social, ao reconhecimento competitivo e à aquisição de bens de consumo. Nesse contexto, a educação deixa de ser compreendida prioritariamente como prática coletiva e democrática para tornar-se, cada vez mais, instrumento de ascensão individual e diferenciação social.

Contudo, a educação possui como princípio básico não apenas perpetuar o conhecimento produzido historicamente por um povo ou por uma civilização. Ela carrega, sobretudo, uma perspectiva de coletividade, de democratização e de responsabilidade social. Pensar a educação exclusivamente em termos individualizantes e meritocráticos significa relegar toda a discussão sobre inclusão, equidade e democratização do acesso aos espaços de produção do conhecimento.

Jamais conseguiremos promover equidade e paridade — seja racial, de gênero ou social — se não pensarmos em uma produção de conhecimento construída nos centros de pesquisa e nas universidades com foco voltado para o povo. Centrar a formação apenas na ideia de sucesso e realização individual significa esquecer que somente por

meio do conhecimento será possível estruturar uma sociedade em que as desigualdades sejam efetivamente minimizadas.

Embora o acesso ao ensino superior tenha se ampliado nas últimas décadas, as desigualdades permanecem expressivas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstram que a população negra continua apresentando níveis de escolarização superior significativamente inferiores aos da população branca, realidade que também se reflete nos espaços de produção científica e de liderança acadêmica. Soma-se a isso a histórica sub-representação de povos indígenas, comunidades quilombolas, pessoas trans e outros grupos socialmente vulnerabilizados nas universidades e nos centros de pesquisa. Ainda que importantes políticas de ações afirmativas tenham ampliado o acesso desses segmentos ao ensino superior, sua presença permanece desproporcional quando comparada à composição da sociedade brasileira, evidenciando que a democratização do conhecimento continua sendo um desafio para a educação nacional.

É precisamente quando a educação passa a ser orientada pela racionalidade neoliberal que essas desigualdades tendem a ser obscurecidas. Ao deslocar a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso para o indivíduo, essa lógica privilegia o desempenho, a competição e o mérito como critérios exclusivos de realização, desconsiderando as condições históricas e sociais que limitam o acesso de diferentes grupos aos espaços de formação e produção do conhecimento.

Essa racionalidade capitaliza a educação e o conhecimento, convertendo-os progressivamente em ativos individuais e não em bens públicos. Ao privilegiar a competição e a apropriação privada dos saberes, favorece a concentração de renda, de oportunidades e de privilégios nas mãos de poucos, enquanto parcelas significativas da população permanecem à margem do acesso a direitos constitucionais básicos. Quando o conhecimento deixa de ser compreendido como direito coletivo, enfraquece-se também a própria função social da educação e da ciência.

Por isso, mais do que pensarmos apenas em desempenho, resultados e números, precisamos refletir sobre os impactos produzidos por uma sociedade do desempenho que transforma a educação em instrumento de competitividade e valorização individual. Ao reduzir a educação a métricas de produtividade, perde-se sua dimensão ética, democrática e emancipadora.

Não devemos esquecer a contribuição do grande educador Paulo Freire que, em *Pedagogia da Autonomia*, reafirma a centralidade da ética como fundamento da prática educativa. Em sua perspectiva, a educação perde sua vocação emancipadora quando se reduz à adaptação dos sujeitos às exigências do mercado, do sucesso individual e da produtividade. Ao contrário, educar significa formar sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a transformação da realidade. É nessa dimensão ética que a educação reencontra sua função social: produzir conhecimento que ultrapasse interesses individuais e contribua para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária.